

A OBRA “A ESCRAVIDÃO” DE LAURENTINO GOMES: ENTRE O
JORNALISMO E A HISTÓRIA

THE WORK OF LAURENTINO GOMES "SLAVE": BETWEEN
JOURNALISM AND HISTORY

Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque¹

GOMES. Laurentino. **Escravidão** – do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Vol. I. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

Durante pouco menos de uma década e meia Laurentino Gomes publicou a cronologia de 1808 (GOMES, 2007), 1822 (GOMES, 2010) e 1889 (GOMES, 2013), contando respectivamente da chegada da Família Real Portuguesa, Independência do Brasil e Proclamação da República. Essas obras com temáticas históricas o tornaram célebre no mercado literário nacional por somadas alcançarem tiragens superiores a quinhentos mil exemplares, fazendo-o conhecido para além de suas atividades na grande imprensa nacional. Os três primeiros livros foram marcados por grande vendagem, numa prosa ágil despertando o interesse de pessoas para leitura de fatos históricos sem o peso da linguagem acadêmica, ao mesmo tempo que recebeu intensas críticas de historiadores e cientistas sociais.

Em finais do ano passado foi lançada sua obra denominada de “**Escravidão** – do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Vol. I.” (GOMES, 2019)² seguindo igualmente o enredo histórico. Entretanto tem um caráter mais ambicioso ao se declarar como primeiro de uma trilogia sobre a escravatura no Brasil e por isso debruçar-se sobre o período de 1444 até 1695. A respeito do segundo número (a ser lançado ainda em 2020) apenas somos informados de abordará o que considera Gomes como o “auge do tráfico negreiro no Atlântico” (GOMES, 2019, p.

¹ Doutora em História Social pela USP, Mestra em História Social pela PUC/SP, graduada em História e bacharel em Direito. Professora Associada lotada no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre, ministrante de Formação Social da Amazônia no curso de Jornalismo e das disciplinas de História do Brasil na licenciatura e bacharelado de História.

² Doravante chamada apenas de “Escravidão – Volume I”.

35) por ter sido o século XVIII marcado pelo extrativismo mineral em Minas Gerais, propagação em diferentes partes do continente americano da cana-de-açúcar, arroz, tabaco, algodão. E o exemplar final será dedicado ao tráfico ilegal e abolicionismo século XIX, com o que o autor chama de “legado” desse processo repercutindo nos dias presentes.

A tríade resulta de trabalho de pesquisa desenvolvido por um sexênio numa dúzia de países na África, Europa e América. O *corpus* documental foi constituído com investigação em acervos distintos, perpassando do Slave Trade Database disponibilizado em memorial digital sobre Diáspora Africana no Atlântico acessível pelo site “Slavevoyages.org”, congregando depoimentos dos parentes de retornados³ a exemplo de Marcelin Noberto de Souza descendente de Francisco Félix de Souza,⁴ livros de acadêmicos de diferentes nacionalidades.

Enfocando o olhar sobre o primeiro exemplar da coleção, percebe-se sua divisão em trinta itens. Sendo seu primeiro terço destinado a falar das origens da escravidão, apontando-a como produto de tão longa trajetória assim como a história humana, indissociada das guerras para conquista territorial e força de trabalho, fatores religiosos e dívidas. Todavia, Gomes procura demonstrar que o escravismo se fortalece e ganha números vultuosos durante a Idade Moderna com o comércio transatlântico, concatenado ao racismo e discursos justificadores. Sem perder de vista que o cativo também incidiu sobre populações nativas das Américas, Gomes retrata seus caracteres e explica a razão da hegemonia do tráfico negreiro.

No décimo capítulo, denominado de “A cicatriz”, a exemplo de passagens anteriores denota-se uma postura incômoda quanto a discutir ações governativas. Na passagem em comento, Gomes discorre sobre as políticas de cotas étnico-raciais, para no tópico seguinte, apresentar o que chamou de “Reconciliação”, sem um aprofundamento nos argumentos teóricos das políticas de reparação.

³ Retornados é a nomenclatura tradicional atribuída a pessoas que foram escravizadas e após a sua manumissão conseguiram voltar ao continente africano. No Brasil do XIX ganhou notoriedade o movimento de regresso após a Revolta dos Malês na Bahia. Para maiores informações ver: Castillo, Lisa Earl. 'Entre memória, mito e história: viajantes transatlânticos da Casa Branca'. In: REIS, João José. AZEVEDO, Elciene. (Org.). *Escravidão e suas sombras*. 1ed. Salvador: Edufba, 2012, v. 1, p. 65-110.

⁴ Francisco Félix será objeto de estudo no terceiro exemplar da coleção “Escravidão”.

Entre o décimo terceiro e décimo nono itens o autor apresentou a construção das relações comerciais vinculadas à operacionalização do tráfico negreiro. Assim, expôs que os arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé como “laboratórios” tanto para a escravatura, quanto para aclimação de plantas e animais a serem empregados nas áreas coloniais portuguesas. Discorreu a respeito da “cooperação” entre lusitanos e africanos na constituição e operacionalização do tráfico, aportando suas afirmações nos lucros e números desse empreendimento. Além de caracterizar como se dava o transporte e o ingresso das populações negras para o Brasil.

Do vigésimo ao trigésimo capítulo temos um ponto de vista mais centrado nos destinos dos grupamentos escravizados e trazidos a América Portuguesa. Nessa etapa da obra, a atuação da Igreja Católica Apostólica Romana ressurgiu com maior intensidade, com especial atenção aos integrantes da Companhia de Jesus, que tal qual o padre Antônio Vieira defendia o tráfico negreiro como benéfico aos africanos por retirar-lhes do caráter de “barbárie e paganismo” propiciando a salvação pelo batismo e escravização. Em concomitância com os comentários acerca dos jesuítas e outras ordens religiosas, Gomes relaciona as disputas de ocupação do nordeste brasileiro e pelo abastecimento de mão-de-obra, dentro do contexto das Guerras do Açúcar nas quais confrontaram portugueses metropolitanos e coloniais contra holandeses.

No rastro desses conflitos o autor nos introduz a atuação de Catarina de Bragança e da rainha Jinga como duas faces do envolvimento feminino no comércio transatlântico de pessoas, alternando colaboração e luta em oposição a escravatura. Gomes faz alusão a postura combativa de Jinga ao colar em Zumbi dos Palmares o marcador transoceânico de enfrentamento aos portugueses, sem deixar de questionar a heteronormatividade do herói. E finalizando o primeiro volume de sua trilogia, Gomes trouxe as descobertas de ouro no interior do Brasil como fator de impulsão para o escravismo intercontinental.

A partir desses apontamentos, somos motivados a fazer algumas reminiscências aos livros antecedentes de Gomes, dialogando a respeito das opiniões desabonadoras que os acompanharam e as alternativas construídas visando contorná-las. Então, tomando por parâmetro o sucesso comercial e as críticas feitas a 1808, 1822 e 1889,

observamos que “Escravidão – Volume I” ainda não possui edição juvenil ou livro auditivo, embora esteja disponível em livrarias físicas e formato digital.

Ainda pensando a literatura de Gomes tangente ao Brasil do XIX, nos cabe destacar a divulgação, vendagem, projeto editorial, não adoção da linguagem formal e fontes. Nesse sentido conveniente é recordar que o consumo de cultura no Brasil é vinculado ao trânsito e propagação, assim, publicações de temática histórica ou sociológica em geral têm suas maiores saídas entre grupamentos sociais e/ou acadêmicos, não sendo pautadas por qualitativos acerca do volume de dados, tampouco ao integrarem listagem das obras mais adquiridas. A difusão em espaços extra-acadêmicos demanda um linguajar fácil e sem profusão de debates teóricos, permeada por campanhas de marketing, boas relações entre os sujeitos que estabelecessem a “validade” do culturalmente aceitável e de “bom gosto”. Gomes reuniu todas as características de sucesso fora dos círculos universitários.

As opiniões do caráter histórico externadas por ocasião dos lançamentos do ciclo 1800 de Gomes contrastam a vastidão de fontes. Respondendo aos inquiridores de outrora, o autor em “Escravidão – Volume” I (GOMES, 2019) registrou em diferentes e abundantes partes do escrito ter “revisão e anotações de Alberto da Costa e Silva” e fez constar na contracapa ser trilogia de “livros-reportagem”.⁵ Neste preâmbulo somos situados da interlocução com Costa e Silva decorrer da feitura de 1822, contudo, se ampliando a atuação dele na redação da tríade “Escravidão”. Conjuntamente a isto, se segue em caráter prefacial o minicurrículo de Costa e Silva como membro da Academia Brasileira de Letras, diplomata e o “maior especialista brasileiro em história da África” (GOMES, 2019, p. 37) ao sabor da sutil vingança do esquecimento de identificá-lo como integrante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Entretanto, o uso de fontes históricas e de suporte intelectual de componente do IHGB não faz como que obra e autores sejam reconhecidos como produção historiográfica. A admissão como tal, demanda manejo das metodologias e correntes históricas.

⁵ Embora o autor não de detalhamentos sobre o conceito de “livro-reportagem”, compreende-se a conceituação tal qual “veículo de comunicação impressa não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos.” (LIMA, 1998, p. 26). Para maior aprofundamento ver: LIMA, Edvaldo Pereira. **O que é livro-reportagem**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

Comparar Gomes tanto por sua escrita mais ágil e desprovida de contestação conceitual do campo da escrita da História, quanto pela não regulamentação do ofício de historiador é enveredar por rota tortuosa.⁶ Não se nega a colaboração da imprensa a escrita historiográfica, tampouco os usos das mídias como objetos ou fontes, aliás as interações são frequentes tanto dentre os grupos de trabalho da Associação Nacional de História (ANPUH)⁷, quanto da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (INTERCOM) e da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR).

Sem olvidar que a escrita histórica para academia tem um peso de linguagem científica e conceitual nem sempre inclusiva do grande público, ponderando que a prosa jornalística é mais adestrada a leitura rápida e agradável (decorrente do exercício diário da pauta cotidiana), nos cabe finalizar a análise compreendendo que “Escravidão – Volume I” é uma forma de “despertar o interesse de um público mais amplo, não habituado a estudar o tema” (GOMES, 2019, p. 41), funcionando então como passaporte de entrada para o contato com assuntos de leituras históricas mais densas e sobre políticas de reparação. Por isso, há de se pensar na tríade como “uma entre muitas possíveis narrativas, visões e interpretações num campo marcado por numerosa, diversificada e complexa bibliografia.” (GOMES, 2019, p. 41).

Recebido em 08 de maio de 2020

Aprovado em 10 de junho de 2020

⁶ No Brasil oficialmente é regulamentado o ofício do professor de História, aos profissionais que obtenham graduação em licenciatura nos cursos de História. Entretanto, a profissão de Historiador (que cabe aos graduados nos cursos de bacharelado em História) permanecem sem reconhecimento após o veto presidencial feito em abril de 2020 ao Projeto de Lei 4699/12. A alegação do chefe do executivo federal para vetar o projeto foi de que se refrearia o livre exercício profissional.

⁷ Igualmente corroborando a isso as perspectivas de estudos pela História Pública, História Digital e Tempo Presente.